

ECONOMIA

Riscos ampliam busca por seguros no Estado

Pandemia, fenômenos climáticos extremos e novos riscos ampliam a percepção de proteção e impulsionam mudanças no mercado de seguros, que também enfrenta transformação tecnológica e maior concorrência

Ana Esteves, Especial

economia@jcrs.com.br

Eventos como pandemia, enchentes no Rio Grande do Sul e um perfil de trânsito mais violento elevaram a percepção de risco de sinistro e também mudaram a relação dos gaúchos com o mercado de seguros. Depois da crise sanitária iniciada em 2019 e da climática de 2024, aumentou a preocupação das famílias e das empresas com mecanismos de proteção tanto da vida quanto do patrimônio. Essas experiências recentes fazem com que o consumidor passe a compreender de forma mais concreta a função do seguro.

“A percepção é de que acontecimentos que antes pareciam distantes passaram a fazer parte do cotidiano e evidenciaram os impactos financeiros de uma doença, da morte de um provedor ou da perda de patrimônio”, informa o sócio-diretor da Atuária Brasil, Éder Oliveira.

Dados da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) projetam expansão de aproximadamente 6% em 2026. O desempenho é afetado por fatores como juros elevados, endividamento das famílias, redução da subvenção ao Seguro Rural e os efeitos da cobrança de Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) sobre planos Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), que provocaram queda de cerca de 20% na captação do produto no ano passado.

“No primeiro semestre de 2026, o setor movimentou R\$ 390,9 bilhões em arrecadação, alta de 3,8% sobre igual período de 2025. Os pagamentos realizados pelas empresas chegaram a R\$ 272,5 bilhões, crescimento próximo de 2%”, informa o diretor técnico de Estudos e Relações Regulatórias da CNseg, Alexandre Leal.

A Saúde Suplementar concentrou a maior parcela dos desembolsos, com R\$ 145,8 bilhões,



IJEAB - FREEPIK.COM/DIVULGAÇÃO/JC

Mudanças climáticas, preocupações com a saúde e novos riscos ampliaram atenção de empresas e famílias com proteção patrimonial e de vida

equivalentes a 54% do total. Na arrecadação, o segmento respondeu por R\$ 183,7 bilhões, alta de 7,6%. Fora da saúde, os seguros de Danos e Responsabilidades arrecadaram R\$ 72,4 bilhões no semestre, avanço de 4,7%. Entre os destaques, estiveram Garantia (crescimento de 21,2%), Riscos Diversos (18,5%), Habitacional (11,3%) e Automóvel (6,3%). Nos seguros de Pessoas, a arrecadação chegou a R\$ 41,6 bilhões, alta de 10%. O seguro de vida respondeu por quase R\$ 20 bilhões, crescimento de 10,2%.

Conforme Oliveira, um dos movimentos que mais chama atenção está no seguro para doenças graves, cujo segmento registra expansão entre 18% e 20% em prêmios emitidos. O avanço é interpretado como reflexo direto da maior preocupação das pessoas com a própria saúde e com a capacidade financeira de enfrentar situações que podem comprometer renda e patrimônio.

Apesar do crescimento, a cobertura ainda está distante de alcançar a maior parte da população

do País.

“Menos de 30% dos brasileiros têm algum seguro de pessoas. A renda disponível é uma das limitações para ampliar esse universo, mas a conscientização também aparece como fator determinante para a expansão”, avalia Oliveira.

No campo dos riscos patrimoniais, os eventos climáticos acrescentaram uma camada de complexidade ao cálculo das apólices. As enchentes e demais ocorrências registradas no Estado do Rio Grande do Sul em 2024 provocaram grandes volumes de indenizações e reforçaram a necessidade de atenção às coberturas contratadas. Para Oliveira, um dos pontos centrais está justamente na diferença entre preço e proteção, pois, ao buscar a apólice mais barata, o consumidor pode acabar contratando coberturas insuficientes para determinados riscos. Vendavais, ciclones e enchentes, por exemplo, precisam ser analisados individualmente no contrato, com a devida orientação do corretor.

“O impacto também chega ao seguro agrícola, um dos segmentos

mais complexos para a formação de preços. A aleatoriedade dos eventos climáticos dificulta a estimativa das perdas e exige modelos estatísticos cada vez mais sofisticados”, diz Oliveira.

Conforme o executivo, a precificação dos seguros parte de séries históricas e não permanece estática, com curvas estatísticas atualizadas conforme novos acontecimentos que alteram a frequência ou a intensidade dos sinistros. Em algumas modalidades, são analisados períodos de cinco ou dez anos. Quando os dados apontam agravamento do risco, a tendência é de aumento das taxas. Esse mecanismo ganha importância em um ambiente de mudanças climáticas, violência no trânsito e novos riscos à atividade econômica.

“O desafio é encontrar um preço que seja viável para o segurado e, ao mesmo tempo, preserve a capacidade da seguradora de honrar seus compromissos”, afirma Oliveira.

A Lei 15.040/2024, que estabeleceu um novo marco para os contratos de seguro, também deve influenciar esse ambiente de

negócios. O vice-presidente corporativo da Icatu Seguros e presidente da Rio Grande Seguros e Previdência, César Saut, destaca o foco da legislação em transparência, clareza das relações e definição de procedimentos e prazos.

“Regras mais objetivas podem reduzir conflitos de interpretação e dar maior previsibilidade às relações entre seguradoras, corretores e clientes”, diz Saut.

Oliveira destaca que a Lei trouxe alterações práticas na relação entre seguradoras e segurados, especialmente na regulação e liquidação de sinistros. Entre os efeitos, estão prazos mais claros e a necessidade de maior agilidade das companhias. Nesse cenário, o seguro deixa de ser apenas uma decisão associada à proteção patrimonial e passa a ocupar espaço maior no planejamento financeiro das pessoas.

Ao mesmo tempo, o desafio é acompanhar uma realidade em que os riscos mudam mais rapidamente, em que o passado, embora continue sendo a principal base estatística, precisa ser constantemente reinterpretado.